

Vinte anos de lutas sociais: notas para futuras pesquisas

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida*

Resumo:

Abordagem preliminar de algumas importantes lutas sociais transcorridas no período 1996-2016, várias das quais seguem seu curso. Como este período coincide com o da existência, até agora, da revista *Lutas Sociais*, cuja produção engajada de conhecimento crítico é explícita, recorrerei principalmente a esta publicação. O texto divide-se em três partes: 1) esboço de análise do novo contexto internacional que, aos poucos, se delineou; 2) tentativa de classificação das lutas que afloraram; 3) breves referências a algumas delas.

Palavras-chave: lutas sociais; pós-Guerra Fria; nova fase do imperialismo.

Twenty Years of Social Struggles: Notes for Future Research

Abstract:

This is a preliminary review of some important social struggles that occurred in the 1996-2016 period, some of which continue today. Since this period coincides with the existence of the journal *Social Struggles*, with its explicitly engaged production of critical knowledge, I will make recourse mainly to this publication. The article is divided into three parts: 1) analysis of the new international context that soon became evident during this period; 2) an attempt to classify the struggles that emerged; 3) brief references to some of those struggles.

Keywords: social struggles; post-Cold War; new phase of imperialism.

Uma nova fase do imperialismo

Em termos estritamente cronológicos, o período a ser coberto por este texto se inicia cinco anos após o colapso da URSS e o final do que, em termos políticos, se convencionou chamar de Guerra Fria. Em termos analíticos, adotamos a hipótese de que se encerrava uma fase do imperialismo e outra se abria, com ares de um império, agora de dimensões globais.

Na contramão do discurso globalista, recorro a uma formulação publicada exato cem anos atrás:

* Livre docente em Política pela PUC-SP. Professor do Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-graduados da PUC-SP, São Paulo-SP, Brasil. Coordenador do NEILS e editor da revista *Lutas Sociais*. Autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014. End. eletrônico: luflavio40@gmail.com. Agradeço à Célia Motta pelas sugestões que contribuíram para este texto ficar menos ruim. A responsabilidade pelo resultado final é somente minha.

As exportações de capitais influem, acelerando poderosamente o desenvolvimento do capitalismo nos países para os quais são dirigidas. Se, portanto, estas exportações são suscetíveis, até um certo ponto, de desacelerar a evolução dos países exportadores, isto somente ocorre desenvolvendo em profundidade e em extensão o capitalismo no mundo todo. (Lenin, 1971:706).

É impressionante a superioridade analítica deste opúsculo em relação à enxurrada de textos que se escreveu logo em seguida ao colapso da URSS sobre a “globalização” e o decorrente fim da história, dos Estados, dos territórios e, claro, das lutas de classes. Esta produção altamente ideologizada ocultou, em um primeiro momento, a extraordinário espraiamento de relações sociais capitalistas pelo planeta sob a hegemonia de um Estado-nação, os EUA; em segundo lugar, que o discurso sobre o império expressava e, ao mesmo tempo, ocultava a pretensão a uma nova ordem mundial que seria unipolar, dada a extraordinária posição de força pretendida por círculos dirigentes da grande potência vencedora da Guerra Fria. A tese do Império (mesmo quando expressada a partir de posições que se apresentavam pela esquerda (Hardt e Negri, 2000), caía como uma luva sobre as pretensões nacionalistas que se manifestavam entre os poderosos da “América”. O lado mais visível desta nova ordem era a hegemonia, já adquirida a partir da segunda metade dos anos 1970, pela grande finança e que, a partir do novo reordenamento imperialista, procurava ampliar suas possibilidades de expansão em escala planetária. Diante da acachapante vitória do capitalismo *tout court* sobre o bloco liderado pela URSS, foi esta financeirização o alvo mais visível e factível combatido pelas forças que resistiam objetivamente ao imperialismo no início da nova fase deste, a qual ainda se esboçava e cuja consolidação não estava de forma alguma predeterminada.

Ainda bem, pois diversas formas de resistência, inclusive estatais nacionais (que não abordaremos aqui) evitaram a constituição de um mundo unipolar. Pelo contrário, a atual fase do imperialismo se apresenta como multipolar e com preocupantes sinais de instabilidade.

As lutas sociais que nela transcorreram e transcorrem, embora incapazes de produzirem qualquer transformação social profunda, têm sido de grande importância para a configuração desta nova fase, bem como das perspectivas de combate bem-sucedido a ele. É delas que passaremos a tratar, em primeiro lugar de um modo mais generalizante.

Nove vertentes de lutas sociais na atual fase do imperialismo

Sem qualquer pretensão de ser exaustivo, menciono, nesta primeira parte, oito grandes vertentes de lutas sociais que muitas vezes se entrelaçam, o que

inviabiliza qualquer perspectiva evolucionista linear. Em um contexto de fragilidade político-ideológica e rápidas e profundas alterações na correlação de forças nos planos internacional e nacional, o que se pode detectar é uma certa tendencialidade profundamente contraditória.

- 1) Várias tentativas, em distintos planos, de enfrentar a expansão da grande finança, muitas vezes relacionando-as com os grandes estados imperialistas e agências internacionais onde detêm primazia e até presença exclusiva. Aqui o lema era contra a “globalização” ou “mundialização”. Logo em seguida, “mundialização neoliberal”, o que se traduzia na expressão “altermundialismo”. As composições, formas de luta e objetivos foram muito heterogêneos, mas vale a pena destacar, em muitos deles o papel do sindicalismo combativo.
- 2) Lutas “clássicas” por autodeterminação nacional, como a dos povos palestino e curdo (Almeida, 2016).
- 3) Lutas sociais de longa duração e grande amplitude temática, como é o caso do MST e do EZLN. (Ondetti, 2008; Vergara-Camus, 2014).
- 4) Lutas sociais que, de diferentes modos, contribuíram para montagem de governos e regimes que impulsionaram políticas de atendimento a demandas populares mais ou menos profundas e atritaram, também de diferentes modos e em distintos momentos, com o imperialismo. Foi (e é) o caso de “neodesenvolvimentismos” (Martuscelli, 2015; Almeida, 2015; Boron, 2007) e, com maior contundência, “bolivarianismos”, na América do Sul. (Pinheiro, 2010; Stefanoni, 2010; Zibechi, 2010; Petras, 2007).
- 5) Lutas crescentemente mais intensas que questionam o predomínio da grande finança no interior de formações sociais imperialistas ou na periferia da União Europeia. Aqui destacamos, nos EUA, os movimentos do tipo *occupy* (Harvey et al., 2015; Pinheiro, 2012), a campanha eleitoral de Bernie Sanders nos EUA; bem como a politização da dívida pública grega (Chesnais, 2011).
- 6) Movimentos democráticos radicais, em grande parte surgidos como resistência ao racismo e ao patriarcalismo, especialmente quando estes se expressam por meios de políticas de extermínio e/ou opressão aberta. É o caso de lutas de mulheres, de negros/as, de lgtbs. Mas também das Madres/Abuelas de Maio na Argentina e, em um outro contexto, das Mães de Maio, no Brasil (Gonçalves, 2012). Mais recentemente, lutas de sem-teto no Brasil adquirem, em algumas regiões, forte contundência e politização dos subproletários.
- 7) Os “invisíveis”, pois, têm seu caráter de lutas antissistêmicas totalmente blindado (muitas vezes vilipendiado) pelos grandes meios de comunicação e despertam pouco interesse nas esquerdas bem pensantes. É o caso das FARC (e do ELN) na Colômbia (Leech, 2011); de movimentos revolucionários no Nepal (Pandey, 2016), neste caso, como em tantos outros, com

uma expressiva presença de mulheres. E, na América Latina, a persistente e heroica luta dos mapuches na Argentina e, especialmente, no Chile, luta que logo chegará a cinco séculos, ou seja, que historicamente precede de muito o estágio imperialista. Aqui, a recusa do essencialismo não nos pode induzir a ignorar a importância da memória histórica e do papel coesionador que ideologias desempenham na articulação de coletivos em lutas de grande potencial emancipatório. Diversos estudos são dedicados, a partir de distintas perspectivas teóricas, a este povo (Marimán, 2012; Foerster e Vergara, 2000; Barrera, 2015), mas a invisibilidade e isolamento de lutas tão intensas e culturalmente riquíssimas permanecem testemunhos da fragilidade do internacionalismo latino-americano. Até pouco tempo atrás, a luta dos curdos estava nesta condição (Lawrence, 2008). Existe grande probabilidade de a resistência indígena no Brasil, até em razão de uma política de extermínio que se intensifica a cada década, tenda a crescer e adquira visibilidade nacional e internacional. O papel mundialmente estratégico das lutas sociais na China, ainda cobertas por grande camada de invisibilidade, inclusive em razões de lutas ideológicas entre as esquerdas, será um pouco mais abordado terceira parte do texto.

- 8) Lutas de amplo espectro espacial, demográfico e político, o que as torna, por um lado, amplamente divulgadas e, por outro, pelo menos até o momento, extremamente difíceis de analisar. Destaca-se, neste caso, a chamada Primavera Árabe.
- 9) Lutas estreitamente ligadas às relações sociais de sexo, que avançaram extraordinariamente nestes últimos vinte anos e se desenvolvem com ampla variedade segundo distintas determinações sociais, especialmente a de classe, o que, em aparente paradoxo, leva, não poucas vezes, ao silêncio sobre esta.

Esta breve classificação já me dispensa da tarefa de, na próxima parte do texto, referir-me explicitamente a cada uma das lutas concretas que se encaixariam em cada tipo. Mas espero que que o apanhado contribua para estudos mais não apenas sistemáticos como aprofundados.

Algumas das principais lutas sociais na atual fase do imperialismo

Ainda não se havia delineado a atual fase do imperialismo e a expressão mais completa das lutas contra a chamada nova ordem mundial foi a vinda à luz, nas profundezas do Estado de Chiapas, no México, do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Após cerca de dez anos de preparação, a luta armada se desencadeou em 1º de janeiro de 1994, mesmo dia da inauguração do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América), celebrado pelos governos dos EUA,

Canadá e México. Sem contar com o apoio mesmo indireto de qualquer Estado (como ocorria na época do bloco liderado pela URSS), e militarmente incapaz de enfrentar as forças armadas mexicanas, o EZLN sobreviveu movido quase à pura ideologia, no sentido materialista do termo (Almeida, 2014), conseguindo imediato apoio de boa parte da sociedade mexicana, assim como em todo o mundo. Na prática, contrapôs-se com sucesso não somente à ideologia do fim das ideologias como se opôs ao neoliberalismo, desmascarou delírios de onipotência do pretendente a Império e atualizou a luta anti-imperialista, articulando os registros étnico, nacional e internacional (que denominou intercontinental ou mesmo intergaláctico). Duas grandes realizações do EZLN foram, em 1996, o I Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo; e, em 2001, marcha até a Cidade do México, que recebeu grande solidariedade durante todo o percurso. (Vergara-Camus, 2014: 280-284).

A emergência de fortes lutas antineoliberais desaguou no altermundialismo que, a começar pelo lema, “um outro mundo é possível” contribuiu para a confraternização de uma pluralidade de lutas sociais em todo o planeta. O internacionalismo deu o tom da primeira Marcha Europeia, realizada entre 14 de abril de 14 de junho de 1997. Composta de desempregados e apoiada por sindicatos e organizações de sem-documentos (imigrantes ilegais), partiu de diversas cidades em direção a Amsterdam, na Holanda, onde cerca de 50 mil manifestantes denunciaram o desemprego¹. Aos poucos, o eixo das lutas se deslocou para os *san-papiers*, Elas têm um importante papel ao denunciarem a falácia de uma comunidade supranacional sob a égide do grande capital. Mas, por si sós, são incapazes de evitar a maré montante da extrema direita onde existiu um dos mais importantes movimentos comunistas da Europa Ocidental. Até porque o peso da classe operária diminuía em toda a Europa, as principais lutas sociais no velho continente tenderam centrar o foco no processo de financeirização.

Sob este aspecto, foi de grande importância a luta vitoriosa contra o AMI (Acordo Multilateral de Investimentos), que era “negociado em segredo no interior da OCDE (Organização para o Comércio Desenvolvimento Econômico)” (Seoane e Taddei, 2001: 273). Um significativo avanço, que já sinalizava uma nova etapa de lutas sociais, ocorreu em maio de 1997, na cidade de Belo Horizonte, em paralelo à Cúpula Ministerial da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), sindicatos, movimentos sociais, e outros tipos de organizações assinaram a

¹ A respeito deste movimento, Aguiton (1998; 2002). A grande greve de 1995 alimentou esperanças na retomada das lutas dos trabalhadores, o que não ocorreu. A própria greve de 1995 restringiu-se efetivamente ao setor público, embora contasse com uma solidariedade mais ampla (Galvão, 2001; 2002).

declaração do Fórum de Nossa América, marco inicial da vitoriosa Campanha Contra a ALCA (id.: 174)

O movimento operário brasileiro duraria bem mais, porém sofreu um forte golpe com a derrota da greve dos petroleiros no início do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. A diferença em relação à Europa Ocidental ficou a cargo do MST.

Dotado de grande capacidade organizativa, até por estar fora da estrutura sindical brasileira que era (e, em grande parte permanece) fortemente estatizada; e voltado para a formação teórico-ideológica estreitamente vinculada a ações práticas de ocupação de terras consideradas improdutivas, o MST revelou-se um adversário político formidável. No ano seguinte ao do Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), realizou uma marcha rumo a Brasília, partindo de três pontos distintos, chegou ao seu destino e foi recebido pelo presidente da República. Foi a primeira vitória imposta ao neoliberalismo no Brasil (Almeida e Sánchez, 1998). Desprovido de identidade étnica e distribuído mais amplamente pelo território brasileiro, o MST se somava a outros movimentos de forte base rural, como o de Chiapas, e produzia lutas políticas de impacto internacional².

Em 1998, realizou-se em Zurique, na Suíça, “O Outro Davos”, iniciativa conjunta de várias entidades, como o ATTAC (Association pour une Taxation des Transactions financières pour l’aide aux citoyens) e o FMA (Forum Mondial des Alternatives³), para se contrapor à reunião, na cidade de Davos, do Fórum Econômico Mundial. O Outro Davos teve a participação do MST; da FENOP (Fédération Nationale des Organisations Paysannes, de Burkina Fasso; do PICIS (Policy and Information Center for International Solidarity, da Coreia do Sul); do Mouvement des Femmes, de Québec; e do Mouvement des Chômeurs, da França⁴. Houve debates e intervenções em Zurique (28 e 29/02/1999) e, no dia seguinte, sessão de entrevistas à imprensa na própria cidade de Davos (Houtart; Polet, 1999: 88-135). Abriu-se uma sequência de denúncias que contribuiu para, durante um certo tempo, produzir forte questionamento ao Fórum de Davos, esta internacional da grande burguesia.

² A bibliografia nacional e internacional sobre o MST é imensa. Diversas atividades do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais) voltaram-se para este movimento (Gonçalves, 2005; 2006; Buzetto, 1999), o que também ocorreu, mais tarde, em relação ao MTST (Goulart, 2012; Oliveira, 2012). Destaque-se, em relação às lutas pelo solo urbano em São Paulo bem antes do atual protagonismo do MTST, o artigo de Pinheiro (2005).

³ Respectivamente, Associação por uma Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos e Fórum Mundial das Alternativas.

⁴ Respectivamente, Federação Nacional das Organizações Camponesas, Centro de Informação e Política para a Solidariedade Internacional, Movimento das Mulheres, de Québec e Movimento dos Desempregados, da França.

Por outro lado, diante da fragilidade das lutas operárias, especialmente após a extinção do bloco liderado pela URSS e uma nova rodada de reestruturação capitalista, que, entre outros aspectos, atingiu o coração dos sistemas produtivos e levou a profundos deslocamentos de plantas fabris para regiões do planeta onde o valor da força de trabalho é bem menor, propostas de transformações mais radicais, especialmente nos países imperialistas, simplesmente caíam no vazio (Borges, 1999; Barbosa, 2001). Enquanto partidos e sindicatos de esquerda viviam um forte declínio (a grande exceção era o Brasil), o marxismo era considerado totalmente ultrapassado, as lutas de classes estavam superadas e se vivia o apogeu das ONGs⁵.

Neste contexto, a lutas altermundialistas, mesmo passíveis de inúmeras críticas, tiveram extraordinária importância, especialmente como catalisadoras de frentes políticas, algumas de grande combatividade, que se constituíam contra uma ordem para a qual, segundo os ideólogos da nova fase do imperialismo, não havia como resistir. O momento mais contundente dessas lutas foi a “Batalha de Seattle”, travada por cerca de 50 mil pessoas, nos Estados Unidos América, ou seja, no coração do pretense império, numa espécie de contraprefácio ao livro que Antonio Negri e Michael Hardt publicariam no ano seguinte (2000). Aquela cidade fora escolhida para, simbolicamente, sediar a reunião na qual a Organização Mundial do Comércio, fecharia realizaria a “rodada do milênio”, com a sistematização de novas regras que flexibilizariam as transações comerciais no século XXI⁶. A reunião fracassou, assim como as tentativas de realiza-la em importantes cidades como Montreal e Gênova. Destaque-se a convergência, em Seattle, de organizações sindicais dos EUA (o que já não é fácil) e, mais ainda, de representantes de centrais sindicais da Coreia, França, Brasil e África do Sul, que se juntaram a representações camponesas, estudantis, de mulheres e ecologistas (Seoane e Taddei, 2001: 163).

Todavia, em matéria de amplitude e diversidades temática, o apogeu do ciclo dos movimentos altermundialistas ocorreria nas quatro primeiras edições do Fórum Social Mundial, realizadas em Porto Alegre. Sua localização em um país periférico e o prestígio das políticas de orçamento participativo implementadas por governos deste partido na capital gaúcha contribuíram para a escolha desta cidade que se tornou um símbolo de resistência ao capitalismo (Rizzato, 2003:

⁵ A respeito desta situação, ver os textos impressionantemente lúcidos escritos, na época, por James Petras; em especial, Petras (1996). Sobre as ONGs, o livro de Coutinho (2001) permanece imprescindível.

⁶ A “Batalha de Seattle” foi o ponto culminante de um processo desencadeado desde o início do ano e contou com a participação pessoas e organizações de cerca de 70 países e que adotaram diversas formas de luta (Seoane e Taddei, 2001: 161-165).

1). Ainda hoje a expressão “Espírito de Porto Alegre” possui forte significado antissistêmico⁷.

De fato, embora edições do Fórum Social Mundial até hoje se realizem em diversas partes do mundo, as que marcaram profundamente o imaginário da resistência altermundialistas foram as quatro das cinco primeiras realizadas na capital gaúcha. (a quarta foi em Monbai, na Índia).

Análises bem fundamentadas e sofisticadas do FSM são feitas por um de seus principais animadores, José Corrêa Leite, especialmente em um livro que se volta para os três primeiros encontros (Leite, 2003). Aqui, me limito, no fundamental, à experiência de ter participado intensamente de duas edições, na companhia de diversos pesquisadores e pesquisadoras do NEILS. No interior de uma ampla perspectiva antineoliberal, que se expressava no lema “Um outro mundo é possível”, oposto simétrico ao TINA (There Is No Alternative)⁸, milhares de pessoas debatiam quase tudo, em diversos tipos de eventos. As próprias esquerdas que lá compareceram dispuseram de condições muito favoráveis para discutir, efetuar articulações políticas e exercer um internacionalismo prático. Dois momentos de inegável importância política e que prenunciavam percursos concretos a serem explorados foram a Marcha contra a ALCA, em um país de fraca tradição de manifestações internacionalistas de massa, no segundo FSM; e, no V FSM, o discurso do presidente venezuelano Hugo Chávez em um Gigantinho⁹ lotado e com diversos telões do lado de fora para atender ao interesse da multidão (na maioria de jovens) que não pôde entrar.

Em um processo de retroalimentação, movimentos sociais latino-americanos injetavam energia no Fórum Social Mundial, proporcionando elementos de comprovação prática de que outro mundo era possível, especialmente na América Latina (Pinheiro e Almeida, 2008). Por outro lado, mesmo organizadores do FSM se preocupavam com a dificuldade de traçar metas claramente definidas, especialmente no sentido de se produzir, a partir destes encontros massivos, um confronto mais efetivo com a internacional capitalista que se reunia em Davos (Houtart, 2003). Mas outras lutas estavam em curso ou em vias de eclodirem.

⁷ Pouco se observou que a centralidade de Porto Alegre se opunha frontalmente a tese exposta em um dos livros mais perigosos produzidos no embalo do colapso da URSS, pelo autodenominado nacionalista Samuel Huntington (1996), segundo o qual os conflitos do pós-Guerra Fria seriam entre “civilizações”. No mapa de Huntington, a América Latina não faz parte, no sentido pleno do termo, do “Ocidente”.

⁸ Frase que a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher pronunciou com o objetivo de afirmar a inevitabilidade do neoliberalismo.

⁹ Centro poliesportivo que faz parte do complexo do Estádio Beira-Rio, pertencente ao Sport Club Internacional de Porto Alegre.

Desde 1998, Hugo Chávez já era presidente da Venezuela, onde proclamava, com a proposta da revolução bolivariana, uma espécie de internacionalismo latino-americano. Em 2001, a Argentina vivia uma crise profunda que se desembocaria em uma meteórica rejeição do pessoal político tradicional, o “que se vayan todos!” e na formação do movimento dos piqueteros (Machado, 2004). Ambos os processos pareciam insuflar novos ares à vida política daquele país do qual Porto Alegre estava tão próxima.

Na Bolívia, havia se desencadeado, em 2000, a “guerra da água”, que dificilmente a quase unanimidade dos participantes do Fórum Social Mundial poderia reprovar. Logo vieram a “guerra do gás”, em outubro de 2003, e a eleição do primeiro presidente indígena, Evo Morales, em 2005. O entusiasmo com este processo transparece no belo e arguto artigo de um importante animador do Fórum Social Mundial (Martins, 2004).

No Equador, a CONAIE, criada em 1986, nos estertores da Guerra Fria, conquistava uma participação política crescente, tornando-se, inclusive, fiel da balança em eleições presidenciais. E, a exemplo dos movimentos indígenas bolivianos, assumia um nacionalismo de novo tipo, que, não poucas vezes, questionava as fronteiras nacionais construídas por Estados *criollos* que haviam dilacerado comunidades muito mais antigas, as verdadeiras nações de Abya Yala. Da mesma forma que em Chiapas, estes nacionalismos andinos expressavam forte caráter etnicista sem se fecharem para diferenças. Neste sentido, eram o oposto dos nacionalismos que vicejavam no interior da União Europeia, muito mais contracionistas e, vários deles, de caráter protofascista (Almeida, 2007).

E o Brasil? Este possuía sempre, no mínimo um aspecto que contemplaria um amplo leque de segmentos do altermundialismo. Era o país do PT, este grande partido que, ligado a uma forte central sindical, a CUT, vinha na contramão do enfraquecimento de partidos e sindicatos, nos anos 80, em praticamente todo o mundo. Tinha boas relações com os partidos socialdemocratas, comunistas, o movimento sandinista, o governo cubano, com ONGs e praticava a política por outros meios, sem cair nas armadilhas que envolveram seus congêneres europeus, transformados em partidos da ordem. Para os ecologistas, era o partido de Chico Mendes, que dedicou sua vida à defesa da Amazônia. Para muitos, o partido que governava o Rio Grande do Sul até o final de 2002 e geria a prefeitura de Porto Alegre de 1989 até 2002.

E, como sabemos, havia o MST.

Este trio expressava, no final dos anos 90, um forte processo de ascensão das lutas populares no Brasil, o qual chegou ao ponto culminante com a vitória de PT e de Lula na quarta tentativa de conquistar a Presidência da República.

Pouco se observou que, diferentemente do que ocorreu nos demais países sul-americanos aqui citados, o PT chegou ao governo sem que houvesse qualquer crise institucional profunda. Ao contrário, Lula se elegeu nos termos constitucionais vigentes, que, aliás, não fez qualquer esforço para mudar, e governou no interior de uma aliança de classes que impedia o governo e realizar quaisquer reformas sociais profundas, inclusive a reforma agrária.

No Brasil, tende a se encerrar um ciclo político que se iniciou com a ascensão dos movimentos de massas na segunda metade dos anos 90 e que se entrelaçou de modo fecundo, durante um certo tempo, com os movimentos altermundialistas, apresentando-se como uma espécie de desdobramento mais consistente deles¹⁰. No momento, forças conservadoras e mesmo reacionárias assumem claramente a ofensiva política no país (Gomes Silva, 2016).

Já nos dois países de forte presença indígena na luta política, houve conquistas populares muito mais profundas, as quais se inscreveram em novas cartas constitucionais. Todavia, não superaram contradições igualmente profundas. A primeira delas refere-se à permanência de uma estrutura de Estado burguesa que se choca com reivindicações de diversos movimentos indígenas, voltados para formas de vida que, estruturadas em torno do *Buen Vivir*, aliás escrito por diversas vezes nas cartas constitucionais da Bolívia e do Equador (Stefanonni, 2010). Com isto, já podemos nos referir à segunda contradição, que se refere à política de Estado: aquela entre as políticas de *Buen Vivir* e o neodesenvolvimentismo voltado para exportação de bens primários, especialmente, minérios (Stefanoni, 2010; Zibechi, 2010). Em nenhuma destas – e aqui se pode incluir a extraordinária combatividade do movimento venezuelano – foi superada a matriz econômica de caráter extrativista-exportadora, com todas as relações classes que isto supõe.

“Invisíveis” lutas

É impossível referir-se a lutas “invisíveis” sem mencionar as diversas e fragmentadas formas de resistência das populações das periferias – especialmente jovens e negros – das grandes cidades brasileiras. Resistência ocultada por um processo de criminalização exercido por dois dispositivos fundamentais: o aparato repressivo e os meios de comunicação. Este problema, que remete de múltiplos modos, ao racismo e às lutas contra ele, foi abordado, não somente em relação ao Brasil, por um alentado dossiê de *Lutas Sociais*, vol. 19, n. 34, intitulado

¹⁰ A respeito deste final de ciclo, ver o artigo, sob diversos aspectos, premonitório, de Motta (2004). Em relação à América Latina, ver o dossiê de *Lutas Sociais* vol. 20, n. 36, organizado por Machado e Santos (2016).

“Marxismo e Questão Racial” (Del Gaudio e Gonçalves, 2015)¹¹.

As lutas sociais na China constituem outro ponto obscuro para a maioria das revistas críticas do mundo ocidental, inclusive no Brasil. Aqui se considera que este problema exige superação rápida, até para que não se torne monopólio de abordagens trade-unionistas “orientalizadas”.

Desde os anos 1990, greves ocorrem na China e, com a crise do capitalismo mundial de 2008, as lutas operárias e populares aumentaram consideravelmente por lá; trabalhadores jovens e conhecedores da internet não somente se informam sobre as relações capital – trabalho fora do país como se manifestaram para imobilizar setores inteiros da produção da Honda e conexos, especialmente aqueles que adotam o *just-in-time*; em diversas fábricas, os trabalhadores conseguem eleger seus representantes locais¹²; diversas greves recentes se devem ao não pagamento, por empresas em situação falimentar (ou falidas) de salários ou seguro desemprego; as greves não se limitam aos trabalhadores da indústria, mas são realizadas uma grande diversidade de categorias profissionais; esta greves não adquiriram, até o momento, caráter político acentuado; Hong Kong possui uma condição muito específica em relação à China continental e qualquer generalização a respeito do que se passa naquela cidade corre o risco de perda de sentido científico. Mas, como diversos autores sinalizavam, as lutas proletárias possuem um grande potencial de expansão na China, especialmente no bojo de acelerados conflitos em todas as instâncias daquela formação social em um contexto de crise do capitalismo.

Como contraponto a esta invisibilidade, tivemos uma extraordinária onda de lutas que se estendeu por boa parte do Oriente Médio e recebeu o nome de “Primavera Árabe”. A importância deste processo é inegável, em especial devido à participação dos trabalhadores e das classes populares. Todavia, são tantas as suas facetas que fica difícil abordá-lo, principalmente em poucas linhas, com um mínimo de seriedade. Movimentos democrático-populares entrelaçaram-se com guerras étnicas, ferozes golpes de Estado e sangrentas intervenções de potências imperialistas. Um dos maiores especialistas em Oriente Médio analisou minuciosamente este processo destacando a defasagem entre a horizontalidade do protagonismo popular e verticalidade e abundância de recursos características

¹¹ A este respeito, também Gonçalves (2012).

¹² Ver, por exemplo, a entrevista de Friedman (2015). A greve vitoriosa na Honda teve forte impacto e levou Chan e Hui (2014) a cunharem a expressão “negociação coletiva por meio de greve” como “intrinsecamente distinta” da “consulta coletiva”, de caráter oficialista e especularem com a possibilidade de institucionalização por meio de uma “negociação coletiva dirigida pelo Estado”.

dos processos eleitorais que se seguiram na Tunísia e no Egito . Mesmo assim, as perspectivas eram otimistas, pelo menos no que se refere às potencialidades de construção democrática com base em fortes movimentos de trabalhadores dotados de autonomia em relação aos aparelhos estatais (Achcar, 2013). Em contrapartida, as entrevistas que o mesmo autor concedeu posteriormente expressam à revolta de 2010-11 (ele não usa a expressão “Primavera Árabe”) são bem mais moderadas. Ocorreu “início de um processo revolucionário de longo prazo que vai continuar por anos e décadas”, ao longo do qual “haverá altos e baixos, revoluções e contrarrevoluções, revoltas e retrocessos”. Além disso, não há certeza alguma de que o processo vá acabar com o tipo de mudança necessária progressiva. O que é certo é que, longe de uma tal mudança, a região vai continuar a viver mergulhada no tumulto e na violência” (Achcar, 2016). De qualquer forma, as dimensões populares e democráticas das revoltas árabes são um valioso patrimônio das forças progressistas internacionais e seus estudos podem fornecer um embasamento suplementar para o combate teórico e prático contra as forças que procuram trucidar as lutas sociais árabes no leito de Procusto do “choque de civilizações”.

Questões nacionais entre o visível e o invisível

Duas questões nacionais de forte caráter popular que adquirem um caráter explosivo na atual fase do imperialismo. A Palestina e a Curda. A primeira – analisada neste dossiê por mais um ótimo artigo de Marcelo Buzetto (2016) – alcança legitimidade internacional cada vez maior, embora suas contradições internas se acentuem em razão da maior complexidade política do entorno. A segunda, até pouco tempo atrás, “invisível”, reemerge com grande vitalidade e se reapropria, em novos termos, de um tema complexo e caríssimo a todos os movimentos democráticos, populares e revolucionários: as lutas de mulheres. Enfim, ambas contribuem para tornar ainda mais complexa a situação do Oriente Médio, pois reforçam contranacionalismos (o de Israel e o da Turquia), que tornam ainda mais crucial o papel do Oriente Médio nas relações internacionais (Almeida, 2016).

Ambas ocupam vácuos de legitimidade que se instalam nos dois principais países nos quais se ancoram (Israel e Turquia), o que intensifica questões nacionais no interior deles e aumenta a instabilidade no Oriente Médio. A resistência armada de mulheres kurdas ao Estado Islâmico tem um imenso caráter emancipatório e já ocupou seu lugar na história contemporânea. No “Ocidente” paira a

¹³ Um exame meticoloso, com artigos destinados a cada região impactada pela “Primavera Árabe” foi organizado por Khader (2012).

indiferença em relação às lutas de mulheres curdas e tibetanas, assim como – caso oposto complementar – ao extremo patriarcalismo vigente nos Estados mais reacionários da região (aliás, sob diversos aspectos, os mais “ocidentalizados” e mais vinculados ao imperialismo), a Arábia Saudita e os emirados árabes. A meu ver estes silêncios merecem sérias reflexões com vistas ao caráter internacionalista das lutas de mulheres.

A atual fase do imperialismo é marcada por movimentos aparentemente contraditórios. Fortes questões nacionais se expandem nos principais centros de acumulação de capital e capacidade de intervenção político-militar.

Na Europa, aparente vanguarda do processo de constituição de uma comunidade supranacional, predominam e se expandem nacionalismos regressivos. Na Grécia foi sinalizado um caminho oposto, pois a politização (ao menos parcialmente) da dívida pública esteve perto de abrir o caminho para a luta anti-imperialista não somente lá, mas também em outras formações sociais da periferia da União Europeia. Resta saber o quanto a derrota do movimento encabeçado pela Syriza produz uma decepção tamanha que jogará ainda mais água no moinho da extrema-direita.¹⁴

Nacionalismo de extrema-direita que também pode chegar ao governo nos Estados Unidos da América, mas em uma situação bem mais explosiva e multifacetada, pois se trata da principal potência planetária em tempos de crise profunda para a qual se buscam soluções imediatas. É hora de retomar as análises das relações de classes nos EUA (Holder, 2004), levando em conta, com seriedade, as extraordinárias mudanças ocorridas naquela formação social, inclusive as de caráter étnico, o que incide fortemente sobre o perfil de gigantescos contingentes de trabalhadores supereexplorados.

Estes vinte anos não passaram em branco, como o demonstrou, em plena fase do altermundialismo, a vitoriosa greve dos *teamsters* (caminhoneiros) da UPS (United Parcel Service)¹⁵, em 1997 (Santos: 1999). Trabalhadores também fizeram densas manifestações em Winsconsin, a partir de 14 de fevereiro de 2011, na resistência ao projeto de lei antissindical proposto pelo governador Scott Walker (Wright e Pechansky, 2011). É muito provável que, com o aumento da polarização social, se abram brechas para a intervenção de novas forças no panorama político estadunidense. A retomada dos protestos de grandes contingentes da população negra contra as políticas abertamente racistas e a receptividade encontrada pela campanha eleitoral do pré-candidato Bernie Sanders sinalizam

¹⁴ Um alentado volume de *Recherches Internationales* é dedicado a este assunto (Rogalski, 2013).

¹⁵ A maior empresa mundial de transporte de cargas.

potencialidades de lutas mais profundas. Contraditoriamente, o avanço da direita nos EUA apresenta riscos seríssimos à segurança planetária, mas não tão perigoso internamente como ocorre no continente europeu.

De volta ao Brasil

Enfim, retomemos, em poucas palavras, o arrastar da crise política brasileira. Contrariamente a abordagens que apresentam as chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 (mais uma expressão que oculta, com a referência ao passado, a dificuldade para entender o novo) como inconsequente abertura do caminho para que a direita ocupasse as ruas, é preciso destacar a grande ousadia e capacidade de luta de jovens, em geral de classe média ou semiproletários que, tendo passado praticamente toda a sua existência convivendo com a política como algo puramente institucional e marcado por procedimentos, no mínimo, pouco entusiasmantes, levantaram uma bandeira legítima e de importância crucial, a da mobilidade urbana para as classes populares, enfrentaram fortíssimo aparato repressivo e, em pouco tempo, conquistaram vitórias inesperadas (Almeida: 2013; Sampaio Jr., 2014; Hilsenbeck Filho, 2013; Pinheiro, 2013). Estes jovens não têm qualquer responsabilidade pela ida da direita às ruas, até porque cada vez fica mais claro que o avanço conservador já estava em curso e, mais cedo ou mais tarde levaria a este tipo de forma de luta. A desqualificação das lutas do MPL, por mais críticas que estas mereçam, insere-se em um mecanismo, que remonta, no mínimo ao século XIX, de ocultação das lutas sociais vitoriosas no Brasil.

Sem dúvida, não foi apenas a direita que encheu as ruas a partir de meados de junho de 2013. Sem a mesma cobertura midiática e com uma criatividade muito maior, ativistas do MTST também o fizeram, realizando ações coletivas memoráveis e de alto conteúdo simbólico, como a ocupação da Secretaria da Presidência da República (Turollo, Jr., 2016), em São Paulo e, liderando a Frente Povo Sem Medo, a marcha até a casa do político Michel Temer, no bairro Alto de Pinheiros, também na capital paulista (Sodré; Ferreira, 2016). Da mesma forma, a Frente Brasil Popular, embora bem mais tolhida pelas contradições internas à dupla PT-CUT também demonstrou combatividade.

Criatividade que também jorrou em diversos movimentos de setores ligados a produção cultural, como foi o caso das mulheres de vermelho e à ocupação da FUNARTE, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Forte combatividade ocorreu entre estudantes do ensino médio, por meio de uma longa série de ocupações de escolas, o que levou a fortes confrontos com a repressão dos governos estaduais e, durante quatro dias, ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo. Tais movimentos, que se estenderam por outros Estados, tiveram a participação de diversos segmentos da classe média e, mais uma vez, devem

levar à relativização de teses que consideram esta classe como homogênea na luta político-ideológica (Saes, 1985) atribuindo ao seu conjunto uma posição de direita na atual conjuntura. Por outro lado, a forte ausência dos trabalhadores industriais, pelo menos até este segundo semestre de 2017, deveria provocar a reflexão não apenas sobre suas determinações econômicas, como também acerca das táticas mais adequadas às lutas operárias e populares na presente conjuntura.

Inconclusões

Nos últimos vinte anos, lutas foram importantes na moldagem de um mundo no qual, em primeiro lugar, diversos analistas, como é o caso de Courmont, (2016:77), consideram que a presidência de Barach Obama “não pôde deter um fenômeno que se tornou inexorável” e “a unipolaridade nascida no pós-guerra fria está prestes a desaparecer”. Em segundo, houve significativos embates na defesa de direitos das classes populares, inclusive de indígenas, em diversas partes do planeta. No plano ideológico, saímos da situação que levou um importante jornalista a cunhar a expressão “pensamento único”. As lutas de mulheres adquiriram impulso gigantesco e diversificado, até em função das diversas articulações de classe e etnia. Aqui, é preciso reconhecer a existência de um problema que, do ponto de vista teórico é mal formulado, mas que produz fortes estragos ideológicos: o do identitarismo, que, no limite, leva à equívoca oposição raça/etnia ou gênero *versus* classe.

O equívoco teórico consiste em considerar que as classes se constituem no plano exclusivamente econômico e, portanto, nada têm a ver com as identidades de raça/etnia e/ou de gênero. Uma abordagem mais complexa deve levar em conta as determinações econômicas, políticas e ideológicas das classes sociais e, portanto, a considerar que classe social sem identidade é algo impossível. A mesma abordagem teórico-metodológica também deve levar em conta a diversidade contraditória de interpelações – inclusive de gênero e de raça/etnia – que podem contribuir para o bloqueio de processos de constituição dos dominados como classes.

Algo de estranho se passa com o marxismo. Por um lado, grande aceitação de seu potencial explicativo, especialmente no Brasil, nos países de anglo-saxônicos, inclusive nos EUA. Por outro, pequena capacidade de intervenção de organizações marxistas nas lutas em curso, especialmente devido ao refluxo do movimento operário. Como resultado deste duplo aspecto, a divulgação da teoria marxista se torna ou mais hermética e refratária à leitura pela grande maioria da população ou adquire um caráter repetitivo, de pequeno fôlego teórico e de pouca valia para a análise de situações concretas. É provável que este círculo de ferro só será rompido com o deslanche de fortes lutas proletárias, o que, como vimos, não

foi a marca mais forte destes últimos vinte anos. Por outro lado, algumas lutas de grande intensidade parecem dar sérios sinais de esgotamento, como é o caso das que transcorreram na América Latina e mais especialmente na América do Sul.

Ao que tudo indica, só agora ocorre um processo de acomodação e a nova fase do imperialismo adquire fisionomia mais definida, inclusive no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas e às relações de classes às quais se articulam, o que pode favorecer maior efetividade ao processo de constituição dos novos antagonismos sociopolíticos, inclusive no plano internacional.

Talvez não seja prudente aguardar o voo da Coruja Minerva (Hegel), mas, dosando o otimismo da vontade e o pessimismo da razão (Gramsci), estar ativo e atento à abertura de novos caminhos pela velha toupeira (Marx).

Bibliografia

- ACHCAR, Gilbert (2016). A terrível ilusão da Primavera Árabe (entrevista). *Blog Junho*. <http://blogjunho.com.br/a-terrivel-ilusao-da-primavera-arabe/>
- _____ (2013). *The People Want: A Radical Exploration of the Arab Uprising*. London: Saqi Books (edição digital).
- AGUITON, Christophe (2002). *O mundo nos pertence*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (1998). Francia: há nascido un nuevo movimiento social. *Lutas Sociais*, n. 4, São Paulo.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (2016). Ressoam os tambores do nacionalismo. *Ponto e Vírgula*, n. 19, São Paulo. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29890>.
- _____ (2015). Neonacional-desenvolvimentismo e relações de classes nos governos Lula. *Lutas sociais*, vol. 19, n. 35, São Paulo.
- _____ (2014). Um texto discretamente explosivo: Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. *Lutas Sociais*, vol. 18, n. 33, São Paulo.
- _____ (2013). Das entranhas do neonacional-desenvolvimentismo. *Blog da Revista Espaço Acadêmico*. <https://espacoacademico.wordpress.com/2013/07/09/das-entranhas-do-neonacional-desenvolvimentismo/>.
- _____ (2012). Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e relações de classes no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, São Paulo.

- _____ (2007). Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões. *Lutas Sociais*, n. 17-18, São Paulo.
- _____ e SÁNCHEZ, Félix (1998). Um grão menos amargo das ironias da História: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. *Lutas Sociais*, n. 5, São Paulo.
- BARBOSA, Zulene (2001). Reestruturação produtiva e movimento sindical – reflexões sobre uma prática de esquerda. *Lutas Sociais*, n. 7, São Paulo.
- BARRERA, Mabel G. (2015). La narrativa de la nación em el discurso poético mapuche: prolegómenos de uma literatura nacional. *Revista Chilena de Literatura*, n. 90. Santiago.
- BORGES, Celia Regina Congilio (1999). A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias. *Lutas Sociais*, n. 6, São Paulo.
- BORON, Atilio (2006/7). Néstor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” Argentina. *Lutas Sociais*, 17-18.
- BUZETTO, Marcelo (2016). As lutas sociais e políticas no Grande Oriente Médio: entre as guerras imperialistas e a resistência popular. *Lutas Sociais*, vol. 20, n. 37, São Paulo.
- _____ (2007). As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana. *Lutas Sociais*, n. 19-20, São Paulo.
- CHESNAIS, François (2011). A vulnerabilidade do sistema financeiro, a ilegitimidade das dívidas públicas e o combate político internacionalista por sua anulação. *Lutas Sociais*, n. 25-26, São Paulo.
- COURMONT, Barthélémy (2016). La stratégie du pivot vers l’Asie d’Obama em question. *Recherches Internationales*, n. 106, Paris.
- COUTINHO, Joana (2011). *ONGs e políticas neoliberais no Brasil*. Florianópolis: Editora UFSC.
- CHAN, Chris K. e HUI, Sio-ieng (2014). Chine: lutte ouvrière, reformes syndicales et négociations collectives. *Alternatives Sud*, vol. 21, Louvain-La-Neuve.
- DONGFANG, Han (2008). China: reflexes répressifs face à la contestation ouvrière. *Alternatives Sud*, vol. 14 – État des résistances dans le Sud, Louvain-La-Neuve.
- DEL GAUDIO, Rogata Soares; GONÇALVES, Renata (orgs.) (2015). Dossiê Marxismo e questão racial. *Lutas Sociais*, vol. 19, n. 34, São Paulo.

- FOERSTER, Rolf e VERGARA, Jorge I. (2000). Los mapuches y la lucha por el reconocimiento em la sociedade chilena. In: CASTRO, Milca (ed.). XII Congreso Internacional: *Derecho consuetudinário y pluralismo legal: desafios e el tercer milênio*. Arica, Chile. Tomo I.
- FRIEDMAN, Ellen D. (2015). A situação das lutas de classes na China. *Movimento Esquerda Socialista*. Disponível em: <http://esquerdasocialista.com.br/a-situacao-da-luta-de-classes-na-china/> Consulta em 26/04/2016.
- GALVÃO, Andréia (2002). Ecos da França: repercussão da greve de 1995 no Brasil. *Lutas Sociais*, n. 8, São Paulo.
- _____ (2001). O debate sobre a grande greve francesa de 1995. *Crítica marxista*, n. 13, Campinas.
- SILVA, Ilse Gomes (2016). A agenda conservadora assume o centro da luta política no Brasil. *Lutas Sociais*, vol. 20, n. 36, São Paulo.
- GONÇALVES, Renata (2012). Das antigas e velhas loucas: Madres e mães de maio contra a violência de Estado. *Lutas Sociais*, n. 29, São Paulo.
- _____ (2005). Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. *Lutas Sociais*, n. 15-16, São Paulo.
- GOULART, Débora (2012). Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil. *Lutas Sociais*, n. 29, São Paulo.
- HARVEY, David et al. (2015). *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo.
- HILSENBECK FILHO, Alex (2013). O retomar das ruas e os dilemas nas lutas: movimentos sociais em tempos de governos oriundos da esquerda. *Lutas Sociais*, vol. 17, n. 31, São Paulo.
- HOLDER, Samuel (2004). A atualidade da luta de classes nos Estados Unidos. *Lutas Sociais*, n. 11-12, São Paulo.
- HOUTART, François (2003). Lecciones de Porto Alegre III. *Lutas Sociais*, n. 9-10, São Paulo.
- _____ e POLET, François (orgs.). (1999). *L'Autre Davos: mondialisation des résistances et des luttes*. Paris/Montréal: L'Harmattan.
- HUNTINGTON, Samuel (1997). *Choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KHADER, Bichara (Coord.). (2012). Le 'printemps arabe': un premier bilan. *Alternatives Sud*, vol. 19, n. 2, Paris.

- LAWRENCE, Quil (2008). *Invisible Nation: How the Kurds Quest for Statehood is Shaping Iraq and the Middle East*. New York: Bloomsbury.
- LEECH, Garry (2011). *The FARC: The Longest Insurgency*. New York/London: Zed Books.
- LENIN, Vladimir I. (1971). L'impérialisme, stade suprême du capitalisme. In: *Oeuvres Choiesies*, v. 1. Moscou; Éditions du Progrès.
- MACHADO, Eliel Ribeiro (2004). *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). PUC-SP, São Paulo.
- _____ e SANTOS, Fábio Luís Barbosa (2016). Org. de dossiê: Direita volver...fim de ciclo da América Latina? *Lutas Sociais*, vol. 20, n. 36, São Paulo.
- MARIMÁN, José A. (2012). *Autodeterminación: Ideas políticas mapuche en el albor del siglo XXI*. Santiago: LOM Ediciones.
- MARTINS, Antonio (2004). A cor das nossas lutas. *Lutas Sociais*, n. 11-12, São Paulo.
- MARTUSCELLI, Danilo (2015). *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV.
- MOTTA, Celia (2004). Um desenvolvimento insustentável. *Lutas Sociais*, n. 11-12, São Paulo.
- ONDETTI, Gabriel (2008). *Land, protest and politics: the landless movement and the struggle for agrarian reform in Brazil*. Philadelphia: Pennsylvania State University Press.
- PANDEY, Shubhanga (2016). The Next Nepali Revolution. *Jacobin*. <https://www.jacobinmag.com/2016/01/nepal-liberal-constitution-maoists-protests-monarchy/>.
- PETRAS, James (2007). América Latina\; cuatro bloques de poder. *Lutas Sociais*, n. 17-18, São Paulo.
- _____ (1996). Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. *Lutas Sociais*, n. 1, São Paulo.
- _____ (1995). *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta.
- PINHEIRO, Jair (2013). Manifestações de Junho fechando o verão. *Lutas Sociais*, vol. 17, n. 31, São Paulo.
- _____ (2012). Ocupe Wall Street: indignados com o capitalismo e por ele aprisionados. In: CAMARGO, José Marangoni et alii (orgs.). *Múltiplas faces da crise econômica e financeira mundial*. Bauru: Canal 16.

- _____ (2010). Revolução Bolivariana: uma revolução política dos de baixo? *Lutas Sociais*, n. 24, São Paulo.
- _____ (2005). Nem teto, nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo. *Lutas Sociais*, n. 13-14, São Paulo.
- ROGALSKY, Michel (2013). Org. do dossiê La Grèce vers l'Abîme? *Recherches internationales*, n. 96, Paris.
- SAES, Décio (1974). *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- SAMPAIO JR., Plínio A. (2014). *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr..
- SANTOS, Ariovaldo O. (1999). O “novo modelo americano”: dos empregos McDonald’s à greve dos *teamsters* (UPS). *Lutas Sociais*, n. 6, São Paulo.
- SEOANNE, José e TADDEI, Emilio (2001). De Seattle a Porto Alegre – passado e presente do movimento antimundialização neoliberal. In: SEOANE, José e TADDEI, Emilio (orgs). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes.
- SODRE, Eduardo; FERREIRA, Flávio (2016). Protesto próximo à casa de Temer, em São Paulo, termina com acampamento. *Folha de S. Paulo* (22/05/2016). <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1773933-manifestantes-se-concentram-em-sp-para-protestar-contratemer.shtml>
- STEFANONI, Pablo (2010). Governo Evo Morales: permanência, mudanças, desafios. *Lutas Sociais*, n. 24, São Paulo.
- TUROLLO JR, Reynaldo (2016). MTST ocupa prédio da Presidência em São Paulo; PM usa bomba contra ato. *Folha de S. Paulo*. (01/06/2016).
- VERGARA-CAMUS, Leandro (2014). *Land and Freedom: the MST, the Zapatism and Peasant Alternatives to Neoliberalism*. London: Zed Books.
- WRIGHT, Erik O. e PECHANSKY, João Alexandre (2011). Os protestos de Winsconsin. *Lutas Sociais*, n. 25-26, São Paulo.
- ZIBECHI, Raúl (2010) Bolívia y Ecuador: el Estado contra los pueblos índios. *Lutas Sociais*, n. 24, São Paulo.